



## **Conferência Internacional**

### ***Os Regimes Cambiais face aos Desafios da Economia de Cabo Verde***

(No Âmbito das Comemorações dos 10 Anos da Assinatura do Acordo de Cooperação Cambial)

#### **SESSÃO DE ABERTURA**

Intervenção do Eng.º Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da CPLP

Cidade da Praia, 31 de Outubro de 2008

Excelentíssima Senhora Ministra das Finanças e da Administ. Pública de Cabo Verde,  
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado e das Finanças de Portugal,  
Excelentíssimo Senhor Governador do Banco de Cabo Verde,  
Excelentíssimo Senhor Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe,  
Excelências,  
Digníssimos participantes, Caros Convidados,  
Minhas Senhoras, Meus Senhores

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o honroso convite que me foi endereçado pelo Ministério das Finanças de Portugal e o apoio prestado pelo Banco de Cabo Verde para facilitar a minha presença neste importante evento. Trata-se de uma iniciativa que, pela sua pertinência e oportunidade, possibilitará, certamente, a partilha de pontos de vista sobre a importância, as implicações e o possível aprofundamento do Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal.

Passados 10 anos sobre a assinatura deste Acordo é, de facto, fundamental que se proporcione esta reflexão, com vista a debater as virtudes e as eventuais limitações do Acordo, à luz da experiência já acumulada.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Começo no entanto por uma breve nota sobre a Organização cuja liderança do órgão executivo assumi no passado mês de Julho, ou seja há sensivelmente 3 meses. Apesar do período obviamente excasso, acho agora compreender melhor os desafios que se nos colocam e dos esforços que serão necessários desenvolver para ultrapassarmos as multiplas dificuldades; mas também certamente mais ao corrente das oportunidades que hoje se apresentam à CPLP e que devem constituir motivação suficiente para uma mais plena mobilização, não só dos Estados como das instituições e mesmo dos cidadãos

**A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, enquanto organização, nasceu há 12 anos. Assente no património da Língua Portuguesa, enquanto elo de união entre os seus oito Estados membros, constitui-se como um pacto de amizade e de solidariedade entre iguais. Com a Língua Portuguesa – que convive e se enriquece, na maioria dos Estados membros, com outras línguas nacionais – e com a herança histórica, ou a pretexto delas, ergueu-se, ainda antes da criação da CPLP, toda uma série de relações entre os Estados membros da nossa Comunidade.

A unir-nos, temos também uma verdadeira afinidade civilizacional, centrada não apenas na Língua Portuguesa, mas também na similitude dos ordenamentos administrativos, jurídicos e económicos.

A confluência da vontade política de oito Estados membros, que juntos representam cerca de 230 milhões de cidadãos, espalhados por quatro continentes, garante à CPLP consistência, flexibilidade e eficácia na

procura de meios para actuar com maior impacto sobre um ambiente internacional que nem sempre se mostra harmonioso nem favorável.

A verdade é que com a complexidade do fenómeno da globalização e as incertezas e desafios que dele advêm, é provável que este forte elo de ligação seja posto à prova, não obstante a sua solidez. Por esta razão, é preciso que, sempre que possível, se procure fortalecer, nas suas várias vertentes, este ambicioso pacto multilateral ainda em construção, que é a CPLP, e cooperar em direcção a respostas concertadas mas que atendam a contextos específicos dos países, neste que se tornou um mundo de problemas globalizados.

Senhoras e Senhores,

As más práticas que proliferam no sector bancário são tidas como uma das principais causas da **actual crise financeira** que trespassa as economias mais avançadas e ameaça alastrar-se pelo mundo inteiro, pondo a descoberto as imperfeições e falhas dos mecanismos de regulação do sistema financeiro internacional.

Os analistas insistem, por isso, numa melhor regulação e maior transparência.

No caso de Cabo Verde é, de facto, reconfortante saber que o Banco de Cabo Verde, com as suas competências na área da regulação e da supervisão da actividade bancária, tem sabido impor-se e saberá, com certeza, actuar no sentido de minimizar eventuais impactos negativos que poderão advir desta crise. No mínimo, é o que auguramos pela confiança que a solidez que esta instituição nos oferece.

Aliás, permito-me citar o próprio Governador do Banco de Cabo Verde, por ocasião do XVIII Encontro de Lisboa com as Delegações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste à Assembleia Anual do FMI/BM, realizado no início deste mês, e passo a citar: “*os desafios resultantes do actual contexto internacional vieram acentuar a necessidade de perseverança na realização das reformas estruturais necessárias à modernização da economia e da competitividade*” (fim de citação).

Contudo, e ainda segundo o Governador do Banco de Cabo Verde, (volto a citar) “*a economia cabo-verdiana vem-se ajustando sem grandes sobressaltos ao novo contexto que emergiu da crise actual. Isto deve-se ao facto de se ter, nos últimos anos, com uma gestão prudente, aumentado a resiliência da muito vulnerável economia do país*” (fim de citação).

De facto, a crescente robustez das instituições cabo-verdianas, nomeadamente do Governo e do Banco de Cabo Verde, tem permitido que, volvidos 10 anos, se possa fazer uma avaliação francamente positiva da implementação do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, como é reconhecido por ambas as partes. Esta é, portanto, uma aposta ganha e, todas as partes envolvidas têm a nossa admiração e respeito.

Senhoras e Senhores,

Como é do conhecimento desta distinta e douta assistência, o estabelecimento, em 1998, do **Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal** permitiu:

(i) A ligação da moeda cabo-verdiana à moeda nacional portuguesa e, posteriormente, ao Euro;

- (ii) A disponibilização por parte de Portugal de uma facilidade de crédito para o reforço das reservas cambiais de Cabo Verde; e
- (iii) A adopção por parte de Cabo Verde de critérios da União Europeia (UE) como referência, implementando medidas de política económica compatíveis com a salvaguarda da paridade cambial entre as duas moedas.

Abstendo-me de correr o risco de opinar de forma errada sobre aspectos puramente técnicos, recordaria apenas que, com as medidas impostas pelo Acordo de Cooperação Cambial, foi possível a Cabo Verde, através de um intenso processo de colaboração com as autoridades portuguesas em vários domínios técnicos, manter uma rigorosa disciplina orçamental e alcançar a estabilidade macroeconómica – ganhos que incrementam, por arrasto, a credibilidade internacional de que o país goza.

Como se sabe, estes têm sido, aliás, importantes passos em direcção à integração e à participação activa de Cabo Verde na economia global, não obstante os constrangimentos estruturais e as conhecidas vulnerabilidades do país.

Com efeito, sabe-se que a par da reconhecida estabilidade política, a estabilização da economia cabo-verdiana – possibilitada, em grande medida, pelo Acordo de Cooperação Cambial com Portugal – desempenhou um importante papel nos grandes feitos recentemente alcançados pelo país, designadamente: (i) a saída de Cabo Verde da lista dos Países Menos Avançados, (ii) o estabelecimento de uma Parceria Especial com a UE e (iii) a adesão do país à Organização Mundial do Comércio.

Estes são, de facto, feitos notórios quando se sabe que Cabo Verde é tido por um país altamente vulnerável e dependente do exterior, especialmente

em termos de importação de praticamente todas as suas necessidades de consumo, como a alimentação e a energia.

Senhoras e Senhores,

Permitam-me sugerir que esta Conferência Internacional tenha também como propósito, para além de reconhecer o que os peritos entendem ser a importância do Acordo na estabilização da economia cabo-verdiana, perspectivar a sua evolução à luz da actual dinâmica económica internacional e das novas parcerias internacionais entretanto estabelecidas pelo país.

Estes são desenvolvimentos que exigirão, portanto, uma reavaliação e uma possível adequação do Acordo, com vista a maximizar os seus benefícios para a população cabo-verdiana e fortalecer o posicionamento de Cabo Verde na economia global.

É, por isso, com grande expectativa que aguardamos conhecer os resultados e as recomendações do estudo “Avaliação do Acordo de Cooperação Cambial”, que será apresentado no decorrer desta Conferência, também porque dele poderemos, com certeza, extrair exemplos e boas práticas internacionais de cooperação, passíveis de constituir referência para outros Estados membros da CPLP.

É, de facto, com grande alegria que verifico estarem representados nesta Conferência, e ao mais alto nível, três dos nossos Estados membros. Também por isso não hesitei em aceder ao convite que me foi feito pelos organizadores desta iniciativa conjunta dos Governos de Cabo Verde e de Portugal.

Resta-me apenas concluir desejando a todos os participantes a continuação de um excelente e profícuo trabalho e os maiores êxitos.

Muito obrigado!